

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

ATA Nº 068

PRESIDENTE – JOSÉ DOMINGOS FRAGA

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Autoridades presentes senhoras e senhores bom-dia! Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso declaro aberta esta Audiência Pública, requerida junto a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e da seguridade social relativa ao segundo quadrimestre de 2015.

Pelo senhor Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Secretário de Estado de Fazenda, em cumprimento o que preceitua o parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convido Deputado Wilson Santos, Deputado Líder do Governo para compor o dispositivo de honra, muito obrigado Deputado Wilson Santos, da mesma forma convidamos o Deputado Pedro Satélite e também quero aqui registrar a passagem do Deputado Eduardo Botelho, que é membro titular da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária que logo mais estará representando a Assembleia Legislativa num evento realizado pelo Poder Executivo na cidade de Nossa Senhora de Livramento.

Quero convidar e de antemão agradecer a presença do Secretário Paulo Ricardo Brustolin, Secretário de Estado de Fazenda, para compor o dispositivo de honra e da mesma forma o Secretário Adjunto do Tesouro Estadual Carlos Antônio Rocha, muito obrigado pela presença e obrigado por nos honrar aqui no dispositivo de honra.

E já quero aqui ao mesmo tempo aproveitar para registrar a presença do Superintendência de Orçamento da SEPLAN Jesse Mazieiro Pinheiro, Jair Miranda Aquino, Coordenador de Orçamento da SEDUC, obrigado Jair, agradeço também a presença de Luiz Gonçalo ...s/dmm

1117au02.dmm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -... Muito obrigado, Jair; Luiz Gonçalo Ormond, chefe da Unidade de Pesquisa Econômica e Análise da Receita Pública da SEFAZ; técnicos da Secretaria de Fazenda que se fazem presentes; técnicos da Secretaria de Estado de Educação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

Aproveito para agradecer a presença de todos, em especial a presença da imprensa que sempre está cobrindo as Audiências Públicas realizadas por esta Comissão.

Composta a mesa de honra, convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(NESTE MOMENTO É CANTADO O HINO NACIONAL)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Gostaríamos de levar ao conhecimento da plateia que caso haja interesse de alguém em interpelar o palestrante, poderá fazê-lo com prévia inscrição, junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Casa. A interpelação tem que ser curta, no máximo em três minutos e a resposta, nós pedimos ao Secretário que o mais sucinto possível.

Convido o ilustre palestrante, o Exmº Sr. Paulo Ricardo Brustolin da Silva, Secretário de Estado de Fazenda, que disporá de vinte minutos para a sua explanação, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – Bom dia a todos!

Cumprimento o Deputado Zé Domingos Fraga, Deputado Pedro Satélite, Deputado Wilson Santos...

...S/DRM

1117au03.drm

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIM -...Cumprimento o Deputado Zé Domingos Fraga, Deputado Pedro Satélite, Deputado Wilson Santos a quem cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Senhoras e senhores cumprindo o que manda legislação, estamos aqui para falar e demonstrar os números do Estado de Mato Grosso do segundo quadrimestre.

Vamos começar aqui pela Receita Pública do Estado de Mato Grosso. A Receita Orçamentária Bruta do Estado de Mato Grosso no período compreendido entre janeiro e agosto de 2015, ela totalizou, foi realizada em 2015, dez bilhões quatrocentos e trinta milhões e quatrocentos mil reais, sendo que teve em relação ao realizar no mesmo período de 2014, um decréscimo de menos 8% e veremos a frente esses impactos.

As deduções totalizaram dois bilhões setecentos e sessenta seis milhões, mais 6%, compreendidas da seguinte forma, municípios um bilhão seiscentos e trinta milhões, FUNDEB um milhão e quarenta nove milhões, outras deduções oitenta seis milhões. A Receita Orçamentária Líquida ela totalizou sete bilhões seiscentos e sessenta três milhões menos 12%.

Receitas Intra-ornamentarias, novecentos e noventa três milhões de reais mais 19% em relação a 2014, versos 2015. A Receita Total totalizou no período compreendido entre Janeiro e Agosto de 2015, oito bilhões seiscentos e cinquenta seis milhões menos 9%, a relação entre previsto e realizado menos 2%.

Então, aqui vamos fazer uma análise das receitas orçamentárias. Então, a receita tributaria do Estado de Mato Grosso, ela compreendeu cinco bilhões novecentos e vinte nove milhões, ou seja, ela teve um crescimento em relação a 2014 de 8.1% em relação o previsto 11.6% .

Transferência Correntes, dois bilhões quatrocentos e trinta milhões menos 6,7% em relação a 2014, em relação ao previsto para 2015, 4.5%. Receitas de Contribuições, totalizaram um bilhão e dez milhões, menos 02% em relação a 2014, menos três ponto em relação a 2015, demais receitas correntes...s/lcb...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

1114au04.lcb

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA-...demais receitas correntes, um bilhão e trinta e dois milhões de reais; menos 9,8% em relação a 2015, e mais 35.5% em relação ao previsto de 2015.

Receitas Orçamentárias de Capital totalizaram 22.3 milhões de reais, menos 98% em relação a 2014.

E aqui nós podemos ver o impacto das operações de crédito, aqui nós temos o impacto da gestão do Governo Federal impactando duramente a política de contenção de tesouro sobre o Estado de Mato Grosso. É importante lembrar e enfatizar aqui, fazendo um comentário breve que o Estado de Mato Grosso todos os dias estavam aí em Brasília pressionando o Governo Federal, mas a situação fiscal da União é uma situação muito dramática e nós não recebemos operação de crédito, o Tesouro não abriu operação de crédito para o Estado de Mato Grosso e para outros estados da federação, o que gerou esse impacto nas receitas orçamentárias de capital chegando no primeiro oito meses do ano, zero de operações de créditos.

Transferências de Capital: 13.5 milhões de reais, também uma demonstração aqui do arrocho fiscal da União.

Outras receitas de capital: 8.8 milhões de reais.

As deduções eu já li anteriormente, mas totalizaram dois bilhões setecentos e sessenta e seis milhões, 6% em 2014, em relação a 2015; 8.4% em relação ao previsto.

Então, o total da receita orçamentária, sete bilhões seiscentos e sessenta e três milhões de reais, menos 13.5, em relação a 2014, menos 2.8 em relação a 2015.

O que eu gostaria de comentar aqui e que é importante fazer um parêntese, é que a receita tributária do Estado de Mato Grosso, o esforço que o Estado de Mato Grosso fez para manter as contas públicas foi o que possibilitou um relativo equilíbrio, e também possibilitou uma queda menor da nossa receita orçamentária total no Estado de Mato Grosso. Isso é um trabalho único e exclusivo da própria gestão do executivo, da Secretaria de Fazenda, principalmente da Secretaria Adjunta da Receita Pública.

Nós vamos abrir rapidamente aqui a composição dessa receita tributária. Então, nós temos aí: ICMS totalizou quatro bilhões, setecentos e oitenta e seis milhões de reais, em relação ao previsto...  
...s/cac...

1117au05.cac

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - ... em relação ao previsto 11,2% de crescimento.

IPVA – quatrocentos e setenta e sete milhões de reais em relação ao previsto de 2015, de 21,3 % de crescimento.

ITCD – 47,6 milhões de reais em relação ao previsto de 2015, de 22,1%.

Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, de R\$ 472,2 milhões de reais e de 13,3% de crescimento. E as taxas totalizaram 146 milhões de reais, -8,9% em relação ao previsto. O que dá a receita tributária que já foi comentada aqui, de cinco bilhões novecentos vinte e nove

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

milhões de reais com crescimento de 11,6%, que foi o esforço que o Governo Pedro Taques fez nos oito primeiros meses conforme nós anunciamos buscando trabalhar na questão do ICMS uma análise de setor a setor. É evidente também que fomos beneficiados pela questão do dízimo e da energia elétrica mas todos os setores da economia do Estado eles passaram e passam por uma revisão intensa para que o Estado de Mato Grosso consiga superar os desafios e manter o equilíbrio fiscal tanto a nossa população e o Governo Pedro Taques deseja.

Vamos para a parte das despesas. As despesas do segundo quadrimestre de 2015. Despesas correntes do Estado de Mato Grosso, em 2015 foram liquidados de janeiro a agosto de 2015, seis bilhões quinhentos e vinte e oito milhões de reais, totalizando 10,7% a mais do que o ano de 2014 e 4,1% a mais do que o previsto para 2015. Da seguinte forma essa composição: pessoal e encargos sociais – o Estado arrecadou quatro bilhões e oitocentos e cinquenta e um milhões de reais, 15,5% acima de 2014 e 4,3% acima do previsto em 2015.

Juros e Encargos da Dívida – o Estado de Mato Grosso liquidou ao longo de 2015, R\$ 297,8 milhões de reais com juros e encargos da dívida. É importante salientar aqui que 30,7% a mais só de juros e encargos do que o ano de 2014 e 13% a mais do que o previsto para o ano de 2015.

Despesas Orçamentárias de Capital totalizaram quinhentos e quarenta milhões de reais...

s/asg

1117au06.asg

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA –...totalizaram quinhentos e quarenta milhões de reais, sendo que são compostas da seguinte forma: Investimentos e Inversões, 176.3 milhões de reais, aqui também nós temos reflexo das operações de crédito, não tivemos as operações de crédito e temos o impacto nessa questão de Investimentos e Inversões, - 84.9% do o previsto para 2015.

Destaca-se: Amortização da Dívida. O Estado amortizou 364.3 milhões de reais no ano de 2015, de janeiro a agosto, sendo que isso representa 10.3% a mais do que 2015, do que o previsto para 2015 e representa 54.1% a mais do que foi liquidado em 2014. Então, aqui é importante destacar o compromisso do Governo Pedro Taques para manter as dívidas do Estado em dia, o compromisso com a manutenção do grau de risco, do grau de *rating* do Estado de Mato Grosso.

Fizemos um enfrentamento de todos os contratos de dívida para que o Estado não tivesse um *the fall* como outros Estados ao longo desse ano da federação tiveram. Como é o caso do próprio Rio Grande do Sul que por muito tempo ficou na mídia onde todas as contas foram bloqueadas pela União.

O Estado de Mato Grosso teve um grande enfrentamento na dívida dolarizada, destaca-se isso no mês de março e nós vamos ter mais um impacto no último quadrimestre do ano que é o enfrentamento que nós fizemos no mês de setembro.

O total da despesa orçamentária totalizou sete bilhões e sessenta e nove milhões de reais, compondo - 0,4% em relação a 2014 e - 9% em relação ao previsto de 2015. Destaca-se a redução das Despesas Orçamentárias de Capital que chegaram a 69,3%.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

Despesas Intra Orçamentárias, nós estamos falando de novecentos e oitenta e seis milhões de reais realizado entre janeiro e agosto de 2015. A comparação entre 2014 e 2015 nós temos o impacto de 20% a mais. Em relação ao previsto para 2015, - 27,3%.

A Despesa Total do Estado de oito bilhões, cinquenta e cinco milhões de reais, - 11,7% em relação ao previsto para 2015 e 1,8% a mais do que 2014.

Agora nós vamos falar de indicadores de avaliação fiscal.

Eu passarei para o Secretário-Adjunto do Tesouro Estadual Carlos Antônio Rocha que mostrará para nós os principais indicadores...s/tmr

1117au07.tmr

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – ... os principais indicadores.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA – Bom dia a todos!

Os indicadores têm o poder de levar informações às pessoas, como que está a finança do Estado, compreendendo todos os Poderes, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público.

Aqui já temos um número que preocupa profundamente a situação fiscal do Estado.

O Poder Executivo chegou a 51,20% de gasto quanto o máximo previsto é 49 em despesa com o pessoal. Hoje nós recebemos em 4,5% o limite estabelecido pela LRF com despesa de pessoal.

Vamos avançar aqui.

Temos aqui a Assembleia Legislativa que chegou a 2,34%, enquanto o máximo seria 1,77, está a 32,2% acima do previsto pela LRF.

Na ordem, temos também o Tribunal de Contas com 1,53, máximo 1,23, está 24,7%. Dois Poderes que estão relativamente bom conquanto não estejam muito confortáveis; Poder Judiciário está 5,38, um pouco abaixo que os 6%, mas bem próximo do limite prudencial, gastaram 584 milhões com folha estão a 618 milhões. Na mesma ordem o Ministério Público gastou 196, poderiam chegar a 206, estão a 1,81.

Os que os números dizem? O Poder Executivo, quando se deu conta que excedeu no primeiro quadrimestre, tomou medidas. Fundiu e extinguiu órgão, extinguiu funções de confiança. E nós também tomamos algumas ações no âmbito da redução dos gastos; nas unidades forçamos uma série de ajustes. E o Poder Executivo hoje a 51,20... Se esse impacto existe estamos acima é bom ressaltar que isso não é produto de ação deste Governo. Esse é produto de ação de obrigações que o Governo assumiu de leis que vieram de 2014. Mas hoje já temos uma expectativa de, até 31 de agosto de 2016, melhorarmos a ação do Poder Executivo e ajustarmos as despesas ao limite previsto pela LRF.

Naturalmente essa ação precisa ser tomada.../cms

1117au008.cms

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA – ...naturalmente, essa ação precisa ser tomada tanto por aqueles que não alcançaram os índices ainda de infringência a LRF como hoje nós



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

temos aí o próprio Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa tendo tomar medidas para ajustar os seus gastos ao limite estabelecido pela LRF.

Receita Total 8.656; Despesa Total Liquidada 8.055; Superávit 601 milhão; 0,9%. Isso aqui também representa o conquanto ele não seja uma informação tão positiva a título financeiro, mas representa o estado de busca do equilíbrio, indicação, que é o indicador de equilíbrio, despesa e receita liquidada 0,9%.

Produto da forte ação do Governo em reduzir as suas despesas. Isso traduz-se como uma melhoria da situação financeira do Estado. Ainda que estejamos extrapolando os limites da despesa de pessoal.

Mas, por que é que foi feito todo esse esforço? Nós herdamos de restos a pagar um valor significativo, já foram liquidados 350,1 milhões de reais de RP e despesa de exercício anterior de 184,2 milhões de reais, ou seja, o Governo de 01.01.2015 a 31.08, saldou 534,3 milhões de passivos que chegaram em 2015. Então, o esforço feito e as melhoras dos indicadores demonstrado no slide anterior era uma necessidade para que o Governo conduzisse e mantivesse o cumprimento das suas obrigações desse estado de absoluta dificuldade que vivemos.

Hoje, como é que estamos em relação as duas maiores vinculações saúde e educação, 12% para a saúde e 25% para a educação; liquidado 11,39%; liquidado 24,84%; mais o empenhado nós já estamos bem próximos aos 12%, 11,87% para a saúde, já ultrapassamos 25,80% para a educação. O que é que significa isso? Chegaremos atendendo dentro das vinculações aquilo que a legislação obriga, estaremos investindo, certamente, muito mais do que 12% para a saúde e já avançamos bem mais do que o 25% previsto para a educação.

Receita primária e despesa primária, esse é um outro indicador. Há duas volturas para serem feitas, a primeira leitura é resultado primário de 1.115,6; 1.115,6 a previsão é que negative em 234,6. Ao término do último quadrimestre esses números serão alterados, em especial porque há uma perspectiva de obtermos algumas operações de créditos que estão sendo consolidadas com o Tesouro e nós teremos que trabalhar com o que os referenciais orçamentários irão deixar bem próximo ao resultado previsto este ano, nós iremos sair dessa situação aparentemente muito confortável para uma situação bem próxima do que é 234,6 milhões.

Porém, deixa claro que toda essa situação “confortável”, entre aspas, confortável...  
...s/bel...

1117au09.bel

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - ... deixa claro que toda essa situação “confortável”, entre aspas, confortável que tivemos é produto do forte esforço do Governo na contenção das despesas.

Em relação a dívida consolidada seis quinhentos e quarenta, em 2014 e seis oitocentos e cinquenta e um em 2015.

Eu quero chamar atenção dos senhores que o Governo pagou muito mais este ano de janeiro a agosto em dívida do que foi pago o ano passado. Ainda que tenhamos pago bastante e que não tenham entrado recursos em operações de crédito o que aconteceu? A dívida consolidada aumentou em cinco por cento. E grande parte desse aumento deve-se a indexação de boa parte da nossa dívida em torno de vinte e sete por cento ao dólar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

Houve uma variação do dólar significativa neste ano e impactou o aumento da dívida consolidada.

Deduções legais, um duzentos e quatorze em 2014, e dois zero oitenta e quatro vírgula e dois em 2015, um crescimento de setenta e dois por cento. Disponibilidade um quatrocentos e cinquenta e dois, um bilhão e quatrocentos e cinquenta e dois em 2014, foi o número que nós trouxemos aqui no início do ano. E nós estamos com dois vírgula oitenta e um vírgula nove uma variação também de quarenta e três por cento.

Devemos detalhar porque essa disponibilidade, porque essa é a disponibilidade total do Estado.

Restos a pagar, outro número que deixa bem patente a ação do Governo com o propósito de ajustar e resgatar obrigações que foram ...s/dmm

1117au10.dmm

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA -... como propósito de ajustar e resgatar obrigações que foram assumidas.

Nós entramos com 286,2 milhões de reais em 2014 e hoje estamos com 54,1 milhões de reais. Dentro da lei que passou aqui, a Lei do Bom Pagador, em fevereiro, a partir de fevereiro nós temos que resgatar as dívidas superiores a 500 mil. É onde nós iremos resgatar esses demais 54 milhões. Em regra, nós pagamos, o Governo pagou algo em torno de 286 milhões de reais de dívida sem lastro financeiro. E há um passivo de 54,1 milhões.

A dívida consolidada nossa, 5326 para 4767. Essa redução decorrente da não realização de algumas operações de crédito. Queremos chamar atenção para esse número, 48,8% a dívida consolidada em 2014 e hoje 43,9%. O Governo tem melhorado seus indicadores.

Juros e amortização, 2014, juros e amortização, pagos essa parcela de 462,2 milhões e em 2015, 662, um crescimento de 42%. 42%, algo em torno de 200 milhões de resgate a mais. (PAUSA).

É essa a atenção que queremos chamar. A receita tributária de 2012 a 31 de agosto de 2015, teve uma variação de 20% e nós tivemos um crescimento nas despesas de pessoal, entre 2012 a 2015, em 48%. Queremos chamar a atenção do conforto que existia em 2012, uma receita de 5 bilhões e uma despesa de 3 bilhões e 200, 3 bilhões e 300. O que está acontecendo de fato aqui: nós estamos vendo aqui dentro do gráfico que se chama de Tesouro. Em breve, se não tivermos o cuidado, a receita tributária vai ser engolida pela despesa de pessoal. Qual é o alerta que deve ser levada...

...S/DRM

1117au11.drm

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA-... Qual é o alerta que deve ser levada a sociedade?

A importância da Audiência Pública, a Audiência Pública é uma comunicação a sociedade da real situação financeira que vive o Estado.

Nós observamos que o Executivo já extrapolou 2,20% de despesa com pessoal, temos aí Assembleia Legislativa e o próprio Tribunal de Contas também que extrapolou. O que diz o

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

artigo 73 da Lei de Responsabilidade “as infrações a seus dispositivos serão punidos na forma do Código penal, do Decreto-Lei 201/67, da lei 1079. de 10 de abril de 1950 (crimes de responsabilidade)”

Hoje o gestor, sofre restrições formais para crescer as despesas de pessoal, essas restrições formais para crescer a dispensa com pessoal, essas restrições formais estão previstas na própria LRF e outros institutos no que tange as punições se por ventura não houver cuidado e acrescentar ou impor as despesas públicas um acréscimo a mais a dispensa do pessoal.

Queremos chamar atenção à receita vem crescendo em termos proporcionais menos que a dispensa de pessoal.

O ultimo *slide* que vamos está apresentando, nós verificamos no *slide* disponibilidade do Estado é de 2,81 milhões mais nós vamos ver aqui, como que estão a disponibilidade, em 31/08/2015, Assembleia Legislativa tinha duzentos e quarenta um milhões, o Judiciário quinhentos e trinta milhões, o Poder Executivo um bilhão duzentos e sete milhões. Dessas disponibilidades do Poder Executivo, praticamente um milhão e sessenta dois milhões são disponibilidade vinculadas, conta de convênio e contas especiais, o que efetivamente nós tínhamos disponíveis na conta única 70,09 milhões, na conta arrecadação sessenta um milhões, as maiores disponibilidade do tesouro contas de convênio e conta especial, são valores que nós não podemos nos apropriar para fazer uso, são valores que estão vinculados a dispensas específicas.

Bom ficamos aberto a questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário Adjunto, queremos agradecer a sua fala...s/lcb...

1117au012.lcb

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -... Obrigado, Secretário Adjunto, queremos agradecer a sua fala, como também do Secretário Paulo Brustolin. Eu gostaria de mais uma vez dizer à platéia, quem queira fazer o uso da palavra, procurar o nosso Cerimonial. Esta Audiência Pública em que pese a ausência da população, mas é feita justamente para ela, para que possa tomar conhecimento, dar sua sugestão e ao mesmo tempo fazer sua crítica.

Mas antes de passar a palavra aos Deputados Wilson Santos e Pedro Satélite, eu farei, Secretário, algumas poucas considerações.

Mas eu não poderia me ater, primeiro ao serviço da dívida, se nós olharmos a página sétima dos serviços da dívida, nós vamos perceber em que pese que foi dolarizado parte da dívida em torno de quinhentos milhões de dólares da dívida que foi comercializada em dólares. Mas houve uma redução na dívida consolidada que saiu de 2014, de cinco bilhões, trezentos e vinte e seis milhões para quatro bilhões, setecentos e sessenta e sete milhões; ou seja, menos 10%.

E, além disso, Secretário, eu me recordo, mesmo sob crítica, constantemente, com relação a essa parte que foi dolarizada, recordo-me que entre amortização da dívida e juro, Deputado Wilson Santos, se não me falhe a memória foi no ano de 2012 ou 2013 chegou-se amortizar aproximadamente um bilhão de reais antes da dolarização quando se pagava JLP mais 19%.

E hoje, mesmo os juros estratosféricos quando se renegociou essa dívida, essa parte, o juro em torno de 2.30, 2.40, e hoje quase quatro reais o dólar. E mesmo assim, a amortização está em torno de seiscentos entre juros, e a amortização do principal, em torno de



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

setecentos e sessenta e dois milhões de reais, em que pese todos esses desequilíbrio do dólar. E, mesmo assim, houve uma diminuição da dívida, eu acho que é um esforço muito grande...  
...s/cac...

1117au013.cac

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... da dívida e eu acho que é um esforço realmente muito grande que o Governo está fazendo. Temos que parabenizar o Governo por tomar essa atitude dessa natureza para que possamos diminuir o tamanho da dívida consolidada.

Outro ponto que me chama a atenção é com relação ao gasto com pessoal. E isso me traz, melhor dizendo, uma reflexão com relação àquilo que foi pactuado entre os Poderes e o Poder Executivo. Até no ano passado um dos artigos que nós nunca deixamos de colocar na LDO era o repeteco da Lei de Responsabilidade Fiscal do Art. 20. E esse ano nós cravamos no Art. 9 o limite de gastos total dos Poderes, que a Assembleia Legislativa ficou com 3,5%, Tribunal de Justiça com 7,70%, Ministério Público 3,11%, Tribunal de Contas com 2,71% e vice-versa. E isso não pode incorrer num gasto acima daquilo que é permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e que já estouramos e já estamos estourando isso e que não pode acarretar um problema ainda maior. Vejo aqui que a própria Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso já estourou 32,2% e o limite dele é de 1,77% e está com 2,34%. E nós vemos todos os dias aqui uma pressão muito grande da Mesa Diretora inclusive com o apoio de todos os Srs. Deputados para que possamos estabelecer o PCCS, que eu acho que é justo estabelecer o PCCS e essa briga para melhores salários não só acontece no Poder Legislativo como acontece também com outros Poderes. Como nós não temos mais a trava da Lei de Responsabilidade Fiscal dentro da nossa LDO nós estamos estabelecendo um limite para todo tipo de gasto. E eu pergunto ao Secretário se isso não é uma faca de dois gumes onde nós queremos jogar responsabilidade aos Poderes e ao mesmo tempo deixamos de cobrar “o gasto com o pessoal civil”. E se o senhor olhar a LOA para o exercício de 2016, quase dez bilhões de reais com praticamente com mais de 100% do ICMS só com gasto com pessoal.

Então é uma preocupação que eu tenho e que eu gostaria depois que o Secretário discorresse com relação ao art. 19, justamente da Lei....

s/asg

1117au14.asg

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) –...me discorresse o com relação ao Art. 19, justamente da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de Mato Grosso.

Outra questão que me preocupa aqui, Secretário, Deputado Wilson Santos e Deputado Pedro Satélite, é a questão dos gastos, os gastos na saúde.

Nós vimos aqui que nós gastamos até agora, tem liquidado 11,39% e tem empenhado 11,87%. Nós vemos a boa vontade do Governo em gastar na saúde, nós vemos a boa vontade do Governo chamar a responsabilidade não só das prefeituras, mas mais responsabilidades da sociedade para que possamos, realmente, fazer com que a saúde seja um direito de todos e obrigação de todos os entes.

Nós vemos que o Governo mandou uma lei para cá revogando aquela lei que estabelecia que o gasto com a Atenção Básica era no máximo até 10%, acabou esse limite, podendo

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

o Governo avançar acima desses 10%. Mas nós vemos o Governo travado, Secretário, na área da saúde.

Eu quero saber se essa trava está na falta de gestão da Secretaria de Estado de Saúde ou é a Secretaria de Estado de Fazenda que está travando porque, hoje, Secretário, os consórcios não estão recebendo. A maioria dos consórcios está com dois ou três meses de atraso. Nós vemos que o gasto entre o liquidado está com 11,39; o empenhado na Saúde está com 11,87%, e isso no 2º Quadrimestre, ou seja, oito meses de Governo. Em oito meses de Governo não chegamos ao limite estabelecido de 12%.

O último questionamento que faço é com relação à disponibilidade de caixa.

Nós estamos vendo aqui que da Conta Única, da Conta da Arrecadação nós temos cento e quarenta e um milhões disponíveis. Eu venho acompanhando diariamente a evolução da arrecadação do Estado principalmente quando se trata de arrecadação.

Nós já estamos chegando aos setecentos milhões de reais. Já ultrapassamos setecentos milhões de reais. Eu gostaria que o Secretário nos diga, além de Folha que realmente é uma preocupação não só do Governo do Estado, mas é uma preocupação de todos nós, como se gastou - porque não vi aqui, a não ser nos processados, deu mais quinhentos e pouco milhões não processados -, onde nós estamos gastando esse excesso de arrecadação, além daquilo que estava previsto. Nós já arrecadamos cerca de quase setecentos, oitocentos milhões de reais.

Então, são as minhas considerações que gostaria que o Secretário pudesse, realmente, nos responder de forma que pudéssemos clarear...s/tmr

1117au15.tmr

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... nos responder de forma que pudéssemos clarear as dúvidas que nós temos em relação a esta prestação de contas desse 2º quadrimestre.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – Deputado Zé Domingos Fraga, muito obrigado pelos seus questionamentos. Eu creio que eles são muito importantes que façamos uma análise e um debate e eu procurarei ao mesmo tempo ser objetivo, eu procurarei ser o máximo esclarecedor possível.

O seu primeiro questionamento foi em relação à dívida dolarizada, Deputado Zé Domingos Fraga. Então, gostaria de colocar que em nenhum momento o Governo Pedro Taques fará juízo de valor sobre a operação que foi feita ainda em 2012. Não compete a nós fazermos um juízo de valor se a operação foi boa ou não foi boa. Ela foi importante em 2012 para o Estado de Mato Grosso. O que o Governo em todos os momentos em que foi buscado a falar sobre isso, que foi questionado falar sobre isso, o Governo sempre deixou claro o seguinte.

Quando dessa repactuação desses resíduos da dívida não houve uma exposição do Estado de Mato Grosso à variação cambial. Não houve, vamos dizer assim, nessa operação a preocupação em blindar o Estado na oscilação do dólar. Então, Vossa Excelência veja que a contratação foi a 2,02 reais e hoje nós temos um dólar batendo quase 4 reais. Então, essa variação é que o Estado ficou exposto. E isso teve realmente um desequilíbrio muito grande para o Estado. Nós estamos falando dentro do ano de 2015 de quase 100 milhões de reais. Isso é um recurso que poderia estar num novo hospital, que poderia estar numa nova escola, poderia estar ajudando a recuperar a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

infraestrutura do Estado de Mato Grosso. Então, esse detalhe, vamos dizer assim, técnico fez com que o Estado ficasse exposto.

Agora eu gostaria também de colocar...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Secretário, mas ainda é possível travar, através de um seguro ...

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – Sim, mas veja bem, Deputado.

É importante, mas o Estado de Mato Grosso precisa ter análise de dois componentes.

O primeiro é que temos um cenário de juro em alta; o segundo é que nós podemos ter uma estabilização da economia nacional e ter um cenário de queda.

Então, na verdade, quando se busca fazer uma operação – e nas empresas privadas funcionam assim, Deputado, não deveria ser diferente do Governo. Quando se faz operação, no momento em que se faz a operação se assume o custo do *SWAP* ou do *Headge*, dentro da operação, e a partir dali se assume um risco até um determinado patamar.../cms

1117au016.cms

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – ...se assume um risco até determinado patamar. Então, essa é a preocupação que o Governo Pedro Taques terá se fizer alguma operação em moeda estrangeira. Nós não faremos, não traremos uma exposição ao cambio para o Estado de Mato Grosso, porque nós consideramos que isso pode vir prejudicar, assim como pode beneficiar, mas nós não estamos aqui para fazer uma aposta. Nós estamos aqui para cuidar do dinheiro público, isso é o que consideramos importante.

Eu também gostaria de salientar e estava aqui conversando com o Deputado Wilson Santos, estava explicando para ele que existe uma concentração, Deputado Zé Domingos Fraga, de amortização e juros da dívida no ano de 2015 e 2016, o Governo Pedro Taques terá que fazer um enfrentamento de quase dois bilhões e meio de reais. Dois bilhões e meio de reais! Então, é evidente que o Estado tomou uma série de decisões no passado e que a conta chegou.

Este ano nós tivemos que fazer um enfrentamento de um bilhão, vamos fazer de quase um bilhão e cem milhões de reais entre amortização e juros da dívida e ao longo do ano de 2016 nós teremos que fazer quase um bilhão e trezentos milhões de reais. Isso irá depender, exigirá um grande esforço fiscal do Governo Pedro Taques para que nós possamos manter as contas do Estado em dia, como é o objetivo do Governador, é o que o Governador determinou para a equipe do Tesouro para o ano de 2016.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Secretário...

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – ...só interrompendo Vossa Excelência, porque eu não consigo ficar sem me expressar, eu entendo que esse esforço tem que ser feito até porque a dívida foi contraída, mas parte dessa dívida... Mas, a receita também irá crescer e é bom que se diga de passagem que parte dessas dívidas, principalmente, quando se trata de infraestrutura de logística, praticamente, a arrecadação...  
...s/bel...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

1117au17.bel

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... quando se trata de infraestrutura de logística, praticamente, a arrecadação do Estado vai triplicar. Porque o Pró-Estrada hoje é fruto dessa previsão que Vossa Excelência está estimando para daqui há dois anos. Justamente em função desse investimento que está acontecendo nesse momento. E isso vai máximar na Receita do Estado.

Então, eu não tenho dúvida levando em consideração a forma pela qual o Governo vem fazendo esse esforço, levando a forma pela qual vem cortando despesa e gastando com transparência, com eficiência, com eficácia que nós não vamos ter problemas, com certeza.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – Muito bem colocado Deputado e eu faço de suas palavras as minhas quando nós nos referimos ao investimento que agrega valor. Com por exemplo, a questão das estradas realmente do Estado de Mato Grosso. O Governo Pedro Taques, tem feito um esforço grande para que esses empréstimos um de duzentos e trinta milhões e o outro de quatrocentos e setenta e milhões venha para o Estado. Sendo que a parcela de duzentos e trinta já está dentro da conta do Tesouro, e os quatrocentos setenta milhões sanamos todas as pendências que nos tínhamos na sexta-feira passada junto ao STN.

Agora, também é importante lembrar que boa parcela dessa dívida são investimentos feitos da Copa do Mundo. E eu tenho que colocar isso, porque tecnicamente é importante lembrar a sociedade que nós estamos aí com uma série de investimentos que foram feitos e grande parcela deles é uma boa parcela deles não concluídos, e que o Tesouro Estadual está tendo sim que fazer um esforço concentrado para poder em dia. Eu poderia falar que tem enes operações poderia citar, por exemplo, a operação com a Caixa Econômica Federal, que é a operação que a imprensa sempre questiona, operação do VLT, mas o Governo está encarando de frente esse problema com grande esforço para manter as contas em dia do Estado.

Bom, a segunda questão o senhor for a questão de despesa com pessoal, eu vejo particularmente da seguinte forma, Deputado, eu não creio que seja um problema de um ou de outro Poder no Estado, eu creio que todos os Poderes do Estado de Mato Grosso precisam sim fazer um esforço concentrado para que nós tenhamos um equilíbrio das contas públicas.

Eu tenho falado junto aos meios empresariais quando nós somos solicitado que o pior trauma que pode existir a pior crise que pode existir é um Estado não conseguir manter as suas contas equilibradas. Então, eu acho que nós temos que somar forças aí para resolver essa questão.

Bom, quanto os gastos na saúde o Carlos Rocha, enfatizou aqui que embora nós tenhamos atingido onze ponto oitenta e sete nós fecharemos o ano com certeza muito próximo senão acima dos treze por cento e porque isso, porque nós temos que lembrar também que nesses primeiros meses nós temos o impacto dos restos a pagar que o Governo fez o enfrentamento. E foram alguns milhões de reais, porque nós tínhamos ...

O SR. WILSON SANTOS – INAUDIVEL.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – Mais de três meses em alguns casos, alguns casos até cinco meses. Então, nós tivemos que fazer os enfrentamentos das despesas dos exercícios anteriores para que alguns serviços continuassem em funcionamento. Mas, eu não tenho dúvida que eu virei aqui no terceiro quadrimestre apresentando aqui a lei atingida.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

E referente a questão de disponibilidade de caixa, questão quatro eu queria colocar o seguinte: que nós assumimos o Estado com um déficit projetado entre as despesas que estavam contratadas e as receitas que o Estado possuía na LOA de aproximadamente dois bilhões ...s/dmm

1117au18.dmm

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA -... e as receitas que o Estado possuía na LOA, de aproximadamente 2 bilhões. Então, o Governo vem lutando, ao longo desses primeiros oito meses, para estabilizar o Estado, para estabilizar o Executivo de Mato Grosso numa situação de *déficit* orçamentário. Então, todos os cortes que o Governo fez, todos os ajustes que o Governo fez, teve dois grandes fundamentos: o primeiro, buscar o equilíbrio das contas e o segundo, ajustar uma situação de entropia, uma situação que não estava bem. Então, mesmo que nós tenhamos, mesmo com todo esforço que nós fizemos, Deputado, nós estamos ainda trabalhando buscando o equilíbrio do Estado de Mato Grosso. Então, aí que o senhor vai ver esse desencaixe.

É importante salientar aqui que nós fizemos, ao longo dos primeiros oito meses, um esforço de duzentos milhões de reais a mais só para pagamento de juros e encargos da dívida.

No ano de 2014, nós tivemos 464 milhões, nesse período de enfrentamento e em 2015, 662 milhões de reais.

Então, eu acho que eram essas as considerações e estou pronto para os próximos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Mito obrigado, Secretário. Eu me dou por satisfeito.

Informo mais uma vez os senhores da plateia que queiram fazer qualquer tipo de questionamento, procurem o nosso Cerimonial.

Convido o jornalista José Marcondes, que dispõe de três minutos.

O SR. JOSÉ MARCONDES – Bom dia a todos!

Secretário Paulo Brustolin; Carlos Rocha; Deputado Wilson Santos; Deputado Zé Domingos Fraga, que preside esta Audiência Pública; Deputado Pedro Satélite; plateia que nos assiste.

Quero dizer primeiramente, Sr. Carlos Rocha, Audiência Pública não é comunicação de Governo para a sociedade, é um debate na qual a sociedade apresenta os seus questionamentos e suas ponderações em relação a um determinado tema.

O que foi apresentado aqui, me preocupa sob o ponto de vista da dialética, ficou parecendo uma preocupação maior com a defesa do Governo, algumas ponderações porque o Governo passado deixou isso, deixou aquilo e muito pouco em relação aos números.

Os números, eu, como cidadão mato-grossense, me preocupo bastante, até porque em 2019 sentarão aqui nessas cadeiras outros Secretários, diretores e eles também irão dizer: o Governo do Pedro Taques nos deixou restos a pagar, porque restos a pagar é *ad aeternum*, sempre vai ter...

...S/DRM

1117au19.drm



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. JOSÉ MARCONDES –... Pedro Taques nos deixou restos a pagar, porque restos a pagar é *ad aeternum*, sempre vai ter, sempre terá, “ah o Governo Pedro Taques nos deixou tantos milhões em dívida” então isso para mim é apenas exercício **retorrique**, acho que nós temos que olhar de janeiro para diante, que o momento que estamos vivendo, quem cometeu seus erros, seus crimes de qualquer ordem ou natureza está preso, está pagando através de achar pela sociedade, pela imprensa que inclusive está bastante propícia a ser vir como correa de transmissão dos interesses desse Governo.

Secretario Paulo Bristolim, respeito muito Vossa Excelência, o cargo principalmente que Vossa Excelência ocupa, mas quando o Vossa Excelência diz que o Governo fez um esforço muito grande para conter os gastos, para diminuir as despesas, eu queria identificar onde que está, vou fazer uma pergunta sem nenhum achaque, sem nada, fazer alguns questionamentos, ponderados aqui, onde que está esse economia porque ouço muito falar que o Governo cortou, demitiu cargos, e até hoje já procurei aqui no *Diário Oficial* de ponta a cabeça, de trás para frente, de lado, de todo jeito e não vi onde foi feito esses cortes de cargo comissionado, pelo contrário, somente na SECOM Secretaria de Comunicação do Estado é responsável pela comunicação oficial do Governo, de setenta cargos, passou para cento e treze cargos, uma folha salarial de seis bilhões de reais, sem contar os encargos e pasmem, para um Governo que criticava o gasto com publicidade, de trinta cinco milhões passou para setenta milhões de reais. Eu quero identificar onde está essa economia e também vamos pincelar aqui passando em relação ao resto a pagar, trezentos e cinquenta milhões despesa do exercício anterior cento e oitenta quatro milhões, um total de quinhentos e trinta quatro milhões.

Eu detectei no FIPLAN, Secretário, que foram feitos efetuados pagamento de resto a pagar, em torno de meio bilhão de reais e sua maioria para empreiteiras que é do programa pró-estrada que trocou de nome.

Enfim, desses quinhentos milhões de reais, que inclusive falaram herdamos do Governo Silval Barbosa, desses quinhentos milhões de reais, grande parte foram pagas para empreiteira que inclusive é condenado por improbidade, corrupção, tem aí sessenta milhões para Guaxe, oitenta milhões para Construtora Encomind, Base Dupla, empreiteira de Deputado, são todos da gestão anterior que foram pagos agora...s/lcb...

1117au020.lcb

O SR. JOSÉ MARCONDES –...tem empreiteira de Deputados. São todos da gestão anterior que foram pagos agora.

Agora, o curioso que consta pagamentos...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – O senhor tem mais um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ MARCONDES – O curioso é que todos esses pagamentos não passaram pelo Projeto Bom Pagador, o que gera dúvida, o Projeto Bom Pagador daria 50% para as empresas, essas empresas que eram para receber, por exemplo, esses cinco milhões, receberam dez. Um Governo bem generoso! Não estou vendo sinceramente, não estou vendo nenhum esforço em

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

relação aos gastos públicos. E até porque eu vi esses dias no próprio diário oficial, a imprensa não divulga, o meu site divulgou que duplicou o gasto com combustíveis, inclusive, antecipei a empresa que ia ganhar que era marmeleiro. O Governo Silval Barbosa fez em novembro de 2014, um contrato de setenta e cinco milhões, e o Governo Pedro Taques ele fez uma nova licitação de cento e cinquenta milhões de reais, sem contar passagens aéreas, carros que foram comprados, você pega uma blaser, por exemplo, que custa cento e trinta e cinco milhões, o Governo alugou por cento e cinco, custa cento e trinta e cinco, está alugando por cento e cinco anualmente.

Então, assim, vamos tomar cuidado, eu como cidadão estou preocupado com essas finanças do Governo (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Para concluir, José Marcondes.

O SR. JOSÉ MARCONDES – Só para concluir, obrigado a generosidade, Deputado. É um Governo que está gastando muito. Nós precisamos prestar atenção nesse FIPLAN, nesses pagamentos, tirar a retórica um pouco, tirar **releases** que são distribuídos e dar uma olhada com carinho, porque aqui também não está contabilizado, uma coisa que é muito grave e vai apertar no bolso do cidadão lá na frente, que é a despesa que paga com o funcionalismo que está inativo, que é taxa de previdência social.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – José Marcondes, muito obrigado pela sua participação. Secretário, se Vossa Senhoria quiser responder, eu acho que deve responder, está com a palavra.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – Bom, primeiro eu gostaria de agradecer as colocações, as indagações aqui, porque isso faz parte do processo democrático.

Então, eu fiz questão de anotar, aqui eu gostaria de colocar da seguinte forma: Primeiro, sobre a questão da mídia. É fato que o Governo Pedro Taques tem feito uma economia gigante em mídia no ano de 2015, os números mostram isso.

Nós temos aí uma economia, eu não posso precisar o percentual, mas eu não tenho dúvida que nós temos uma economia superior a 25% do que foi feito no ano anterior. E eu tenho acompanhado isso, tenho trabalhado essa liberação dos pagamentos...

...s/cac...

1117au021.cac

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – ... do que foi feito no ano anterior. E eu tenho acompanhado isso, tenho trabalhado nessa liberação dos pagamentos e nós estamos fazendo com que o recurso público seja bem aplicado.

Em relação às demissões e contratações, o que é fato é fato, que esse é um Governo que apresentou uma reforma administrativa e teve a coragem de cortar 25% dos cargos comissionados (um mil e cinquenta e sete cargos comissionados) foram cortados. E isso precisa ter coragem para fazer! Essa é uma economia de quase cento e cinquenta milhões de reais que ficaram nos cofres do Estado de Mato Grosso e que ficarão ao longo do ano de 2015. Seria muito cômodo, muito prático para quem está no Executivo não mexer! Mas o Governo Pedro Taques com coragem e com determinação e encaminhou uma proposta de reforma administrativa para essa Casa de Leis que foi muito bem aceita, amplamente bem aceita e transformou o Estado de Mato Grosso.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Na questão específica da SINFRA, que colocou aqui sobre restos à pagar, eu posso garantir a todo cidadão do Estado de Mato Grosso, o Estado de Mato Grosso só pagou aquilo que foi auditado, conferido e checado. O Estado de Mato Grosso não fez um pagamento sem a assinatura da CGE estivesse em baixo e conferido às obras foram entregues, assim como eu poderia fazer de um caso que foi muito bem noticiado de um contrato de cento e noventa e três milhões de reais que o Governo do Estado de Mato Grosso, Governo Pedro Taques reduziu para treze milhões de reais. E esse caso é verídico, é de dentro da SINFRA e a imprensa deu uma grande publicidade, foram quase cento e oitenta milhões de reais de diferença em um contrato. Então eu posso dizer que esse Governo tem compromisso com a gestão do recurso público e isso é um exemplo. E não é um só exemplo em grandes contratos que eu poderia citar um exemplo de como hoje a Secretaria de Fazenda cuida hoje do seu jardim. Nós temos que dar os exemplos na gestão do recurso público nas pequenas coisas. Hoje, nós tínhamos um contrato terceirizado para manutenção na Secretaria de Fazenda e nós fazemos hoje a manutenção do jardim com a Fundação Nova Chance. Fizemos uma parceria com a Fundação Nova Chance e os presidiários têm uma oportunidade, inclusive, de reduzir a pena ao custo de um salário mínimo/mês.

Quanto a questão de contratação de veículos, eu posso garantir o seguinte: foi feita uma licitação transparente, uma licitação muito cuidadosa, aberta para a sociedade. E segundo informações da Secretaria de Gestão, do Secretário Júlio Cezar Modesto dos Santos, nós tivemos uma economia global no contrato superior a 26% e esses dados são públicos. Creio que a Secretaria de Gestão pode deixar esses dados públicos, se já não estão na sua...

s/asg

1117au22.asg

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA –...pode deixar esses dados públicos, se já não estão em seu *site*, em sua *homepage* do Governo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário.

Antes de passar a palavra ao Deputado Wilson Santos, o Nasser que é servidor desta Casa, é Superintendente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, quer fazer o uso da palavra até porque os dados - pelo o que me apresentou - não estão batendo; os dados do Estado com relação aos dados com Gasto de Pessoal da Assembleia Legislativa.

O senhor tirou no FIPLAN?

(O SR. NASSER OKDE RESPONDE AO DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Então, com a palavra, o Sr. Nasser Okde.

O SR. NASSER OKDE – Bom dia, Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Pedro Satélite, Deputado Wilson Santos, Secretário Paulo Ricardo Brustolin da Silva e Secretário-Adjunto Carlos Antônio Rocha.

O Secretário-Adjunto Carlos Antônio Rocha colocou que nós ultrapassamos, a Assembleia Legislativa ultrapassou em 32% o limite de 1,77 da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a Receita Corrente Líquida do Estado.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Os dados que nós temos aqui que não batem de maneira nenhuma. Eu gostaria que o Secretário-Adjunto Carlos Antônio Rocha colocasse qual a metodologia de cálculo que ele fez porque de acordo com o nosso Relatório de Gestão Fiscal publicado no Diário Oficial agora em setembro do 2º Quadrimestre, nós gastamos cento e noventa e três milhões, oitenta e oito mil, duzentos e vinte e cinco, no total bruto com o Pessoal. Tirando os descontos que são: Pessoal, Inativos, Pensionistas, Indenizações, e os descontos legais que abatemos para fazer o cálculo da Receita Corrente Líquida nós estamos com 1,56% do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, não atingindo nem o limite de alerta. Isso nem no 1º Quadrimestre e nem no 2º Quadrimestre. Então, eu gostaria de saber de Vossa Excelência qual foi o cálculo feito?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado.

Com a palavra, o Secretário-Adjunto Carlos Antônio Rocha.

Antes, quero agradecer a presença do nosso 1º Secretário, o Deputado Nininho. Aproveito para convidá-lo para que possa fazer parte do dispositivo.

O Secretário-Adjunto Carlos Antônio Rocha está com a palavra.

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA – Para se entender bem, as informações que nós obtivemos para chegar nesse cálculo estão no FIPLAN. Essas informações do FIPLAN foram repassadas...s/tmr

1117au23.tmr

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA - ... estão no FIPLAN. Essas informações do FIPLAN foram repassadas pela própria Assembleia Legislativa.

Esses cálculos são feitos pela Unidade de Coordenação do Tesouro. Coordenador Marcelo está? A nossa contadora, Anésia Cristina, e esses cálculos são feitos no Tesouro. Repassados para uma unidade da Controladoria, revisados e remetidos ao Tesouro. Só depois que houver uma conformidade entre o cálculo do Tesouro e o cálculo da Controladoria, eles são publicados. Então, os dados estão no FIPLAN. E para efeito de obtenção desses cálculos, além de serem feitos pelo Tesouro, são revisados pela Controladoria. Teríamos que confirmar essas informações com a Assembleia Legislativa. Mas até então por ser o Tesouro, através da Secretaria de Fazenda, a instituição responsável formalmente em publicar, em dar publicidade a esse cálculo até nós podermos checar esses números, estas são as informações formais. E o mais importantes.

Essas informações são repassadas ao Tesouro Nacional. E para efeito formal e para efeito de LRF, são as informações consideráveis. É natural que precisamos sentar e rever. Nada impede. Mas é muito importante as informações estarem na base do FIPLAN. E mais importante. Nós alinharmos o entendimento de como é feito esse cálculo. Em princípio, além de ter feito pelo Tesouro e corrigido pelo Controle Interno, ele passa por revisão no Tribunal de Contas do Estado.

Então, eu creio que dificilmente há erro na elaboração desse cálculo. Se porventura houver algum problema, nós temos que checar as informações na base do FIPLAN, que são repassadas pela própria Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário Carlos Rocha.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Aqui está o nosso 1º Secretário, Deputado Nininho, até porque há aqui uma pressão muito grande para que possamos estabelecer o PCCS e esta margem, caso esses cálculos apresentados pelo Nasser, é importante para que pudesse consolidar essa peça. Então, eu gostaria, Secretário, Deputado Nininho, de que pudesse Vossa Excelência conversar com o Secretário para dar uma discutida para uniformizar esses números para que não haja essas distorções. Então, o Secretário, Deputado Nininho, está ouvindo aqui e vai procurar Vossa Excelência, por as duas equipes para sentarem para ver a uniformidade desses números.

O Deputado Wilson Santos, para encerrar a nossa Audiência Pública, até porque vai fazer uns dez questionamentos, vai falar por último.

Com a palavra, o nobre Deputado Nininho.

O SR. NININHO - Cumprimentar aqui o nosso Secretário, Paulo Brustolin, cumprimentar o nosso colega.../cms

1117au024.cms

O SR. NININHO – ...cumprimentar o nosso Secretário Paulo Brustolin; o nosso colega Deputado Zé Domingos que preside esta Sessão; o nosso Líder do Governo, Deputado Wilson Santos; e o Carlos, Secretário Adjunto, que está aqui fazendo esta explanação.

Eu estava em outro evento, Deputado Zé Domingos Fraga, representando a Assembleia Legislativa, o nosso Presidente lá no evento do SEBRAE e não tive a oportunidade de acompanhar a explanação em relação a esse índice.

Mas, eu conversava com o Nasser, ele tem uma versão, segundo ele, está bem seguro que nós estamos dentro do limite, eu espero que nós não tenhamos descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque esta Casa, como todos sabem é a caixa de ressonância, tudo que é problema na rua vem parar aqui. Muitas vezes, Deputados, a própria Mesa, sensibilizados com a situação procura flexibilizar algumas coisas para tentar acolher pai de família em desespero. Aí acaba transferindo a responsabilidade para cima da Mesa Diretora e para cima dos Deputados, não é isso que nós queremos.

Nós vamos marcar para sentar junto com a equipe da SEFAZ e vamos analisar isso com mais tranquilidade. Eu espero que o nosso companheiro Nasser esteja correto, que nós não tenhamos ainda inserido dentro desse limite e estourado, até porque seria um grande transtorno num momento desse, num momento de recessão que está o nosso País, essa situação toda que está instaurada nós tivermos que tirar mais algum servidor e acabar deixando pai de família desempregado em situações complicadas.

Quero cumprimentar e agradecer mais uma vez o nobre Secretário Paulo, a equipe da SEFAZ que está aqui fazendo a apresentação desses números e mostrando com transparência a gestão do Governador Pedro Taques.

Parabéns ao Deputado Zé Domingos Fraga que está presidindo esta Audiência Pública e ao Deputado Wilson Santos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado, Deputado Nininho.

Agora, sim, irei passar a palavra ao Deputado Wilson Santos.

Mas antes, Secretário, deixa eu fazer esta ultima perguntinha: dentro desse cenário que o senhor apresentou para nós, levando em consideração a receita tributária obtida até agora,



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

aproximadamente, seis bilhões de reais. É possível nesse cenário econômico mesmo com essa perspectiva dessa crise ser passageira, nós alcançarmos a arrecadação proposta na LOA de quase dezesseis bilhões e meio, receita total...  
...s/bel...

1117au25.bel

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... nós alcançarmos a arrecadação proposta na LOA de quase dezesseis bilhões e meio, receita total e doze bilhões novecentos e quatorze milhões a Receita Corrente Líquida, é possível dentro desse cenário, levando em consideração todas as ferramentas que o Governo Pedro Taques e sua equipe tem usado para maximar receita e diminuir despesa e ao mesmo tempo aplicar os recursos de uma forma mais eficiente possível; é possível alcançar esse orçamento.

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – Deputado ZÉ Domingos Fraga, obrigado por esse questionamento eu gostaria de responder da seguinte forma, a Secretaria da Adjunta da Receita Pública, a Secretaria de Fazenda tem trabalhado incansavelmente para que esse número seja possível. E que até vamos fazer todo o esforço para que nós possamos superar, o desafio é grande. Mas, nós temos um compromisso com a gestão do Governo Pedro Taques, um compromisso de entregar para a sociedade todas aquelas políticas públicas que o Governador prometeu para a sociedade.

Então, nós estamos empenhados em cumprir a determinação que o Governador nos passou e estamos com a equipe com muita vontade com muita garra para que esse objetivo seja alcançado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, agora a fala mais esperada os questionamentos mais contundentes e esperado do Deputado Wilson Santos com a palavra.

O SR. WILSON SANTOS – Colegas Deputados, Secretário Paulo Brustolin, Carlinhos e cidadãos que acolheram ao convite do Governo e também da Assembleia Legislativa para participar dessa importante Audiência Pública ouvir a prestação de contas do Governo Estadual e provocar também um debate que é muito interessante.

Eu sempre digo e repito nós tivemos uma incapacidade enorme ao longo desses trezentos anos de construir um Estado de um elefante desossado. Quando o ex-Governador Dante de Oliveira assumiu Mato Grosso em 1995 gastava-se com folha de pagamento e encargos sociais cento e doze por cento de toda a arrecadação do Estado. Tudo que arrecadava não dava para pagar a folha, me lembro muito bem desse desafio gigantesco que o então, ex-Governador Dante de Oliveira passou ainda no primeiro semestre de sua gestão adoeceu ficou um mês fora em tratamento e parece-nos que as coisas não mudaram muito. Porque agora as coisas gastamos mais de noventa e cinco por cento com folha salarial encargos, custeio da máquina e pagamento de dívidas. O Estado não consegue ter cinco, seis por cento para investimento. Quer dizer, continuamos sendo um elefante...s/dmm

1117au26.dmm

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. WILSON SANTOS -... 5%, 6% para investimento. Quer dizer, continuamos sendo um elefante desossado, um paquiderme lento, e os serviços prestados ao cidadão continuam de baixa qualidade. Vide a qualidade da nossa saúde, da nossa educação, da segurança pública, do sistema penitenciário, das nossas rodovias. Há décadas como se encontram. Daí uma revolta até silenciosa da maioria da população brasileira, porque paga a segunda ou a terceira maior carga tributária do planeta e os serviços prestados em contrapartida são de baixíssimas qualidade. As classes média alta e a elite compram esses serviços a preços elevados.

Então, fica sempre a minha fala clara e que é preciso tratar este Estado a machadadas, quebrar a espinha dorsal desse modelo desonesto com o cidadão, esse modelo perdulário, inconsequente, irresponsável, que não permite a oferta de qualidade de serviço e pouca expansão dos serviços.

Feita essa avaliação, eu quero trazer mais um dado que é para derrubar qualquer um da cadeira: nos últimos três anos, a receita deste Estado cresceu 20%, enquanto os gastos com pessoal do nosso Estado cresceram 48%. Esse é o modelo de Estado que nós estamos vivendo.

Apresentei duas emendas à LOA, retirando recursos da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas, que serão devidamente apreciadas pelos colegas Deputados. Eu não entendo como um quartirão como este possa gastar quase meio bilhão de reais, eu não entendo como um quartirão que ocupa o Tribunal de Contas do Estado, possa gastar quase 350 milhões de reais. São aproximadamente 800 milhões de reais com duas atividades meio. Apresentei as Emendas nºs 265 e 266.

Em relação á dívida dolarizada, apresentei também na semana anterior, um projeto de lei proibindo o Executivo de contrair empréstimo em moeda...

...S/DRM

1117au27.drm

O SR. WILSON SANTOS -...um projeto de lei proibindo o Executivo de contrario empréstimos em moeda estrangeira, não estou proibindo contrair empréstimos, financiamentos estrangeiros, não há essa intenção, não seria louco e nem inexperiente, mas estou propondo um impedimento do Governo Estadual de fazer empréstimos em moeda estrangeiras seja dólar, iene, livre Esterlina, Euro, Guarani, Peso, não interessa que moeda, no momento do empréstimo tem haver, tem haver ali a conversão em real. Emprestou-se quinhentos milhões de dólares converta ali quinhentos milhões de dólares a dois reais equivale um bilhão de reais, então nós emprestamos um bilhão de reais, não quinhentos milhões de dólares que hoje vale dois bilhões de reais, só a diferença da parcela que o Governo pagou de março para setembro, foram quase trinta milhões de reais, recurso suficiente para concluir o Hospital Central que está parado a quase trinta anos.

Quero antes de fazer alguns questionamentos parabenizar o Secretário Paulo Brustolim. O Governo já economizou quase trezentos milhões só com o custeio, e se nós discriminamos item por item, passagens aéreas, passagem rodoviárias, diárias, gasolina, álcool, óleo diesel, aluguel de imóveis, aluguel de viaturas, aeronaves, material de limpeza, contratos com a iniciativa privada, a economia nos primeiros seis, sete meses chegou a casa de trezentos milhões de reais. Eu não tenho dúvida que isso vai fechar em mais de meio bilhão de reais, só a economia com custeio da maquina.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Os gastos com publicidades em relação aos anos anteriores 2015 muito a quem, vai superar e muito os 25% da economia, até porque o Governo anterior ele também maquiava os gastos com comunicação, ele tinha **enis** formar da pagar também veículos de profissionais da comunicação que não vinha apenas no orçamento da Secretaria de Comunicação, inclusive eu entrei com uma ação junto ao Tribunal Regional Eleitoral provei que em 2010, o governo anterior...s/lcb...

1117au028.lcb

O SR. WILSON SANTOS -...entrei com uma ação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, provei que em 2010, o Governo anterior gastou muito mais do que a lei eleitoral permitia em ano eleitoral, porque em ano eleitoral deve-se gastar a média dos três anos anteriores. E gastou-se muito mais. Mas, infelizmente, a nossa ação não prosperou no TRE, em que pese apresentarmos do Tribunal de Contas do Estado.

Em relação aos cortes, nós cortamos aqui mil e cinquenta e sete cargos DGAs comissionados e mais de três mil contratos na SEDUC. A soma desses dois cortes dá ao Estado uma economia de mais de quatrocentos milhões de reais, ano. Desculpem-me, mais de cem milhões, ano, que vai perfazer um total de mais de quatrocentos milhões nessa legislatura, uma economia com cortes de encargos políticos e também em contrato na SEDUC, por uma melhor organização da distribuição de sala, na atribuição de aula também.

Agora, eu quero perguntar: Como o Governo vê as minhas emendas que propõe redução nos duodécimos para o Tribunal de Contas e para a Assembleia Legislativa, e que esse dinheiro retorne a Fonte 100 ao caixa do Executivo?

A segunda pergunta: Como controlar, Secretário, esse aumento vegetativo da folha de pagamento? Há categorias que tiveram aumento de forma ilegal, irregular, o Governo pretender fazer esse enfrentamento, porque daqui a pouquinho nesse crescimento que a folha vai, nós vamos voltar aos tempos que Dante assumiu ao Governo do Estado, onde a folha de pagamento com os encargos ultrapassava toda arrecadação do Estado. O que o Governo pensa, se ele tem alguma intenção de fazer esse enfrentamento?

E também em relação aos projetos de lei que proíbem empréstimos em moeda estrangeira?

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – Obrigado, Deputado Wilson Santos, primeiro agradeço pela...  
...s/cac...

1117au029.cac

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – ... Deputado Wilson Santos, primeiro eu agradeço pelas perguntas e vou procurar ser breve e objetivo aqui mais uma vez.

Em relação a redução do duodécimo, o Governo do Estado vem na própria LOA vem fazendo essa discussão. Acreditamos que a aplicação do recurso público adequada é o melhor caminho para o Estado. Quanto ao juízo de valor, se é bom ou é ruim, não pretendo fazê-lo agora, porque existe uma série de debates acontecendo. Ainda mais, poderia citar um exemplo específico na questão da própria folha dos aposentados, dos inativos da Assembleia Legislativa que existe toda

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

uma discussão com esta Casa para que ao longo do tempo a Assembleia Legislativa possa assumir, vamos dizer assim, essa despesa de pessoal.

Quanto ao controle da folha, o Governo pensa com muita clareza da seguinte maneira: precisamos ter o Estado em equilíbrio. Nós não podemos prometer aquilo que não conseguimos cumprir sob pena de não mantermos o equilíbrio e prejudicarmos toda uma sociedade e toda uma coletividade. Se o Estado de Mato Grosso não vai bem, se o Estado de Mato Grosso não é bem gerido, Deputado Wilson Santos, toda sociedade paga um preço porque no final de cada mês o Estado coloca na economia aproximadamente seiscentos milhões de reais. E isso tem um impacto sobre comércio, serviço e indústrias. Então, existe compromisso do Governo Pedro Taques com a gestão e com o equilíbrio do Estado. E nós temos, sim, um plano para que se caso não tenhamos, não consigamos fazer o equilíbrio por meio da nossa receita, da nossa capacidade de incrementar a receita no Estado, colocar esse plano em prática. A própria Lei de Responsabilidade Fiscal ela determina quais são os pontos que o Governo deve seguir. Mas o Governo tem, sim, um plano e observa com muita atenção o comportamento da receita pública.

Na questão dos empréstimos, a terceira pergunta, na questão específica dos empréstimos dolarizados eu sou partidário da sua visão, Deputado Wilson Santos, principalmente, como eu falei aqui, trazer a exposição do câmbio para dentro do Governo, isso não é uma coisa recomendada. Porque se tivermos uma escalada, que pudermos ver, no caso do dólar, quem paga a conta é toda sociedade.

Então, nós temos uma visão muito positiva sobre a sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário.

O Deputado Wilson Santos...

s/asg

1117au30.asg

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) –...Obrigado, Secretário.

O Deputado Wilson Santos tem mais uma pergunta, o Deputado Nininho também quer fazer mais uma.

Antes de tudo, eu quero convidar o Deputado Zé Carlos do Pátio que é Membro Titular desta Comissão para que possa fazer parte da Mesa. Depois até vamos pedir para prorrogar a Audiência Pública quando o Deputado Zé Carlos do Pátio iniciar os seus questionamentos, vamos até às 13:00 horas.

Com a palavra, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Secretário Paulo Ricardo Brustolin da Silva, eu quero saudar o nosso querido, amigo, fraterno e brilhante Deputado Zé Carlos do Pátio, reserva moral deste Estado.

Secretário, eu venho vivendo momentos de muita alegria, alternando com momentos de enorme empolgação porque consegui algo que reputo importantíssimo para a Educação Fundamental e Média do meu Estado.

Com o apoio do Deputado Zé Carlos do Pátio e demais colegas nós conseguimos aprovar finalmente o salto dos 25% para os 35% das Receitas de Impostos mais Transferências para a Educação.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Quando o então Deputado Roberto França presidiu a Constituinte de 1989 e o então Deputado Luiz Soares relatou a Constituição de 1989, os legisladores daquela quadra foram extremamente felizes quando garantiram 35% de toda Receita de Impostos mais Transferências para a Educação porque o entender é que só a Educação transformaria.

Eu sempre digo: só Deus e a educação mudam o ser humano, o resto é enxugar gelo e correr atrás de sombra. Só Deus e a educação.

Passados os vinte e seis anos, nenhum Governador nesse período teve condições de dar esse salto, Jornalista Marcondes, nosso amigo Muvuca, de 25% a 35%. É um salto muito alto! Não tem como.

Então, estamos aí a ¼ de século vendo aquela letra da Constituição morta.

(O DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 11:45 HORAS)

O SR. WILSON SANTOS – E nós apresentamos uma Emenda com o apoio do Deputado Zé Domingos Fraga, do Deputado Nininho, do Deputado Pedro Satélite, do Deputado Zé Carlos do Pátio. A Emenda foi aprovada em 1ª discussão; esta semana deverá ser aprovação em 2ª discussão, não vai à sanção porque é uma Emenda à Constituição, é tarefa exclusiva do Parlamento, começa aqui e encerra aqui. Isso permitiu, Secretário, que nós da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto, composta pelos Deputados: Zé Carlos do Pátio, Silvano Amaral, Wilson Santos, Emanuel Pinheiro...s/tmr

1117au31.tmr

O SR. WILSON SANTOS - ... Wilson Santos, Emanuel Pinheiro, que nós, e também Deputado Wancley Carvalho, cinco, apresentássemos uma emenda do 0,5%. Emenda que equivale a 48 milhões e 500 mil reais, que é justamente 0,5% de 9 bilhões e 600 milhões, que foi a receita de impostos e transferência do ano anterior.

Então, a SEDUC receberá, a partir de 1º de janeiro, o incremento real de 48 milhões e 500.

E, na semana passada, eu estou em êxtase, porque recebi o sinal verde do Governo Pedro Taques. Autorizou que vai cumprir a emenda. É constitucional. No ano que vem, mantidos os valores, ela será de 97 milhões. E a nossa ideia é que nos próximos 20 anos nós atinjamos os 35%, crescendo minimamente 0,5% ao ano. Claro que depende das condições econômico-financeiras. Mas, enfim, eu estou extremamente empolgados, eu e o Deputado Zé Carlos do Pátio. Construímos juntos o detalhamento.

Serão 35 milhões para a infraestrutura, para climatização das escolas, para reforma, cobertura de quadras, construção de salas, de cozinhas, de auditórios, de piscinas, enfim... Mais 4,5 milhões para aplicar em formação dos professores, qualificar o nosso corpo docente; mais 3 milhões para área da diversidade, todas as diversidades estão inclusas na Superintendência de Diversidades, comandada pela companheira Gonçalina lá da Comunidade Quilombola e Mata Cavalo em Livramento; mais 3 milhões para combater o analfabetismos, um programa direto ao analfabetismo e também o restante na área do esporte. Enfim, são 48 milhões e 500, que serão incrementados a uma receita já crescente que já saltou de um bilhão e 900 para 2 bilhões e 300, dá mais incremento. Por isso que eu tenho andado em estado de êxtase.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

A pergunta é: da sua parte, da sua Secretaria, como Vossa Excelência vê esse dispositivo constitucional, recém-aprovado pela Assembleia Legislativa?

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – Deputado Wilson Santos, em primeiro lugar, eu gostaria, como cidadão, de parabenizar pela iniciativa.

Eu faço das suas palavras sobre o poder transformador.../cms

1117au032.cms

O SR. PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA – ...eu faço das suas palavras sobre o poder transformador que a educação tem as minhas palavras.

Eu não tenho dúvida que o Brasil será transformado através da educação. Investimento sério em educação, é um investimento que contribui para um futuro mais justo da nação.

Eu queria aqui, Deputado Wilson Santos, fazer um parêntese que eu mesmo, eu estudei toda minha vida em escola pública no primeiro e segundo graus e eu sei a importância que a escola tem na vida de uma pessoa. Então, eu vejo que o dinheiro bem aplicado na educação, com certeza, tem o poder de transformar vidas. Quantos dos nossos alunos hoje não vão para a escola por causa da merenda escolar? Muitos deles, provavelmente. A merenda escolar em vários momentos é uma refeição importante na vida dessas crianças.

Eu estou dando um exemplo, você foi além, você falou já em coisas que são muito importantes também como a sala climatizada, uma boa lousa, um bom material, eu acho que uma sociedade que se preza, uma sociedade que quer ser um pouco melhor tem que trabalhar fortemente nisso. Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa.

Agora, como Secretário de Fazenda nós cumprimos a lei, vamos trabalhar fortemente para cumprir a lei, aquilo que estiver posto dentro da política orçamentária do Estado e a equipe do Tesouro e da Receita Pública está pronta para cumprir o que estiver posto na lei.

Mas, parabéns pela iniciativa, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Com a palavra, o Deputado Nininho.

O SR. NININHO – Eu vou usar a palavra novamente, com todo respeito e carinho ao nosso Líder do Governo Deputado Wilson Santos. Eu não poderia deixar de esclarecer, Deputado Wilson Santos, alguns pontos em relação ao duodécimo desta Casa.

Eu quero dizer, em primeiro lugar, que eu acho que a sociedade mato-grossense deve perceber que houve mudanças, talvez, não na extensão que nós gostaríamos, mas muita coisa mudou nesta Casa, Deputado Wilson Santos. Eu como ordenador de despesa eu quero dizer que esta Casa vinha de um histórico, realmente, quer a sociedade via com os olhos voltados só para maldade e corrupção.

Mas, hoje, Deputado Wilson Santos, eu acho que aqui muitas coisas mudaram e só quero esclarecer porque a imprensa está aí, daqui a pouco está na mídia que esta Casa continua com os gastos...  
...s/bel...

1117au33.bel

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

O SR. NININHO - ... aí daqui a pouco está na mídia que esta Casa continua com os gastos desordenados e desnecessários.

Primeiro lugar, Deputado Wilson Santos, Vossa Excelência como um Deputado experiente está aqui o Deputado Zé Carlos do Pátio e eu como apenas um Deputado de segundo mandato eu sempre digo que eu gostaria ter dito um tratamento em outro mandato como os Deputados tem hoje. Porque aqui hoje não tem discriminação e Vossas Excelências são prova disso. O benefício que o 1º Secretário tem que o Presidente tem, todos têm que foi um acordo conjunto formado no Colégio de Líderes onde fizemos todos os benefícios transparente e as claras, aqui não tem nada escondido.

Nós estamos enfrentando um debate com relação a nossa VI, verba indenizatória estamos enfrentando todos os colegas juntos. Mas, essa Mesa ela teve a hombridade de abrir mão da prerrogativa dos cargos, onde deu cinco cargos para cada Deputado indicar para fazer justiça, porque aqui todos somos do mesmo nível, todos chegamos aqui com o mérito do voto.

Então, eu quero esclarecer assim Deputado Wilson Santos, com relação a sua emenda, eu acho que é louvável, está correto é prerrogativa sua, tem que debater mesmo. Agora, com relação à gestão atual aqui eu quero fazer uma defesa que esta Casa está cuidando também com responsabilidade do seu orçamento, ninguém está esbanjando e a prova Vossas Excelências estão acompanhando.

E prova disse é que ao longo de vinte anos essa Casa tinha um histórico e nunca devolveu um centavo para o Governo para voltar em benefício à população. E nós devolvemos vinte milhões no mês de março para aquisição das ambulâncias que agora nesta semana, inclusive, estivemos junto cobrando que isso está causando até um desgaste para a Casa a morosidade dessa licitação, mas, além disso, nós tivemos junto com o Presidente Deputado Guilherme Maluf, com o Vice-presidente Deputado Eduardo Botelho e o nosso Líder do Governo Wilson Santos, esta semana sentamos na Casa Civil onde hoje quando nós encerramos nove meses de mandato que começou em fevereiro e nós estamos em outubro e nós temos simplesmente mais cem milhões de reais para devolver para o Governo. Então, é uma devolução expressiva em nove meses apenas nós economizamos cento e vinte milhões de reais. Só está faltando chegar num consenso com o Governo para saber aonde vai ser investido esse dinheiro a maneira que vai ser feita essa devolução, porque eu acho que é um direito dessa Casa também ter os méritos disso. Eu acho que vai levar o nome não do Presidente Deputado Guilherme Maluf nem da Mesa Diretora nem do Deputado Nininho e dos vinte e quatro Deputados, é um esforço tarefa que foi feito por todos e esse dinheiro tem que chegar lá na ponta, tem que chegar a benefício ...s/dmm

1117au34.dmm

O SR. NININHO -... esse dinheiro tem que chegar lá na ponta, esse dinheiro tem que chegar em benefício ao cidadão.

Então, hoje, além dos vinte milhões, nós temos, hoje, mais cem milhões disponíveis, está aguardado, se chegar em um acordo com o Governo, senão vai ter que achar outra alternativa, mas está há mais de quatro meses tentando essa parceria simplesmente para definir um critério aonde vai ser aplicado esse dinheiro. É simplesmente isso que a Assembleia Legislativa quer

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

(TEXTO SEM REVISÃO)

e também ser valorizada, que ela também está cumprindo a sua parte. Nós não podemos continuar na política, nivelando tudo por baixo, todos como malandro e ladrão, que não é por esse caminho. Então, nós temos que saber diferenciar o joio do trigo.

Agora, com relação a baixar o duodécimo, eu estou plenamente, acho que dentro do que dê para manter os trabalhos essenciais da Casa, tudo bem. E também, porque não, se tiver gestão séria e transparente, porque não devolver. Também nada impede, também pode ser feito dessa forma, mas eu acho que essa prerrogativa, Deputado Wilson Santos, garante possíveis mudanças no quadro e poderá ter uma segurança desse dinheiro ser melhor aplicado.

Hoje, nós temos o privilégio de ter um governo que está aí fazendo aplicação correta do recurso público, está fazendo a gestão com transparência. Também não sabemos daqui a pouco, daqui a pouco poderá mudar e você vai mudar de mão e tudo é passível de acontecer.

Eu só queria justificar, Deputado Wilson Santos, e dizer que com certeza esta Mesa Diretora está fazendo a parte dela, eu acho que a Assembleia Legislativa passa e precisa passar, não está fazendo mais do que a sua obrigação. Eu só queria esclarecer para daqui a pouco não saia na mídia dizendo que a Assembleia Legislativa vai assumir 412 milhões este ano, que não vai. Nós já devolvemos 20 e tem mais 100 milhões disponíveis, estamos pagando todas aquelas rescisões trabalhistas que tinha, está sendo tudo cumprido corretamente e, além disso, está fazendo economia.

Então, seria apenas a título de esclarecimento, Deputado Wilson Santos, eu não quero que Vossa Excelência leve a mal, eu tenho um carinho muito grande por Vossa Excelência e o senhor sabe que é uma prerrogativa sua e você tem que fazer.

Eu só queria esclarecer isso para ficar claro para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Indago se alguém mais quer usar a palavra...

O Sr. Wilson Santos – Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Eu só queria reforçar a fala do Deputado Nininho, de que com a aprovação de uma recente resolução que tornará obrigatória a transparência de toda movimentação financeira da Assembleia Legislativa. A Assembleia Legislativa será outra a partir de janeiro quando toda a movimentação financeira da Casa estará no FIPLAN, no sistema de *internet*, onde qualquer cidadão, qualquer comunidade do Estado poderá acessar os dados...

...S/DRM

1117au35.drm

O SR. WILSON SANTOS -...qualquer comunidade do Estado poderá acessar os dados da entrada de dinheiro e da saída de recursos onde foram gastos, quando foram gasto, número da nota de empenho, enfim, não há dúvida que isso será um marco na história da Assembleia Legislativa.

E quando o Deputado Nininho coloca também que já devolvemos vinte milhões de aquisição de cento e cinquenta ambulâncias, é verdade os recursos foram repassados por volta de abriu, o processo licitatório foi encerrado recentemente, é provável que até fevereiro ou março os municípios recebam as ambulâncias.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVAS AO**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

Ele colocou também que há mais cem milhões em caixas para ser devolvido numa demonstração que realmente é possível fazer uma adequação financeira, e a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa tem avançado, a Assembleia Legislativa tem passado por uma fase de transição na sua gestão, mas uma transição que levará a Casa ao encontro com cidadão, transparência, qualidade no gasto, porque quem nos banca, quem paga o nosso salário, quem custeia nossas despesas é o cidadão, é muito justo que ele tenha acesso a toda essa movimentação financeira.

Quero aqui, viu Deputado Nininho, de forma nenhuma fiquei chateado com Vossa Excelência, de maneira nenhuma, e quando propus as duas emendas porque eu havia dito na campanha eleitoral que eu faria isso, tenho panfletos, tenho áudio gravados, vídeos que eu disse ao meu eleitor, eu disse aqueles que intencionava a votar em mim, eu disse aqueles que não queria votar em mim, se eu fosse eleito com voto deles, eu proporia a redução do duodécimo, estou cumprido o compromisso de rua, de praça, e apresentei as Emendas a 265 e 266, que propõem a redução dos recursos da Assembleia Legislativa devolvendo para saúde do Estado e uma redução dos recursos do Estado devolvendo para área de segurança pública. Agora isso, depende do juízo de valor de cada colega, vou respeitar a opinião de cada uma, mas vou à luta no sonho de ver essas duas emendas aprovadas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos a presença do Deputado Nininho, 1º Secretário da Assembleia Legislativa, Deputado Wilson Santos, Líder do Governo, agradecemos a presença do Sr. Carlos Antônio Rocha, Secretário Adjunto do Tesouro, da SEFAZ e o Sr. Paulo Ricardo Brustolim, Secretário de Estado de Fazenda. Agradecemos a todos e declaro encerrada esta Audiência Pública da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa, muito obrigado a todos.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Dircilene Rosa Martins;
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
- Revisão: